



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - DHG CURSO DE  
GEOGRAFIA

**LEILIANE DE JESUS MELO SEGUINS**

**ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREJO NA  
MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA/MA DE 1990 A 2017.**

São Luís – MA

2021

**LEILIANE DE JESUS MELO SEGUINS**

**ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREJO NA  
MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA/MA DE 1990 A 2017.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da  
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito  
básico para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior.

São Luís – MA

2021

Seguins, Leiliane de Jesus Melo.

Análise da estrutura agrária do município de Brejo na microrregião de Chapadinha/MA de 1990 a 2017 / Leiliane de Jesus Melo Seguins. – São Luís, 2021.

55 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Geografia Bacharelado, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior.

1. Questão fundiária. 2. Terras agrícolas. 3. Agricultura. I. Título.

CDU: 332.2.021.8"1990/2017"(812.1)

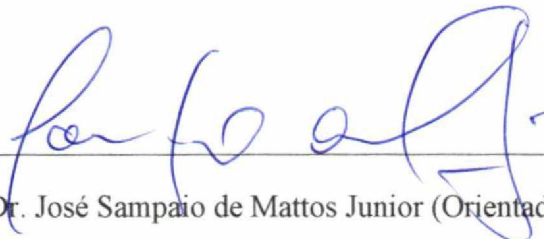
**LEILIANE DE JESUS MELO SEGUINS**

**ANÁLISE DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE BREJO NA  
MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA/MA DE 1990 A 2017.**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da  
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito  
básico para a obtenção do grau de Bacharel em  
Geografia.

Aprovada em: 09 /08 / 2021

**BANCA EXAMINADORA**



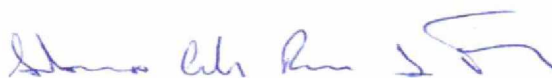
---

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior (Orientador)



---

Prof. Dr. Ademir Terra



---

Prof. Dr. Antônio Carlos Reis de Freitas

*Minha vida é andar por este país  
Pra ver se um dia descanso feliz  
Guardando as recordações  
Das terras onde passei  
Andando pelos sertões e dos amigos que lá  
deixei.  
Chuva e sol, poeira e carvão  
Longe de casa sigo o roteiro  
Mais uma estação e a alegria no coração!*

*Luís Gonzaga*

## AGRADECIMENTOS

Ao dono de toda minha existência e toda a minha vida traço o meu primeiro agradecimento. A Ti meu Deus, meu querido Deus, fica a minha gratidão.

À minha família por ser minha base e abaixo de Deus os meus pilares na condução do meu estudo, me incentivando sempre em buscar oportunidades e me auxiliando para isso.

À minha irmã Lílian e meu cunhado Assis, sem vocês eu jamais teria chegado onde estou hoje, obrigada por nunca desistirem de mim, mesmo em situações adversas não deixaram de me auxiliar, sempre me incentivando, aconselhando, cedendo sua casa e tendo a difícil tarefa de me criar, sei que não foi fácil. Muito obrigada minha segunda mãe, eu te amo e meu segundo pai, amo você.

À minha mãe Isabel, por tudo que és mulher virtuosa, que enfrentou muitas dificuldades na vida, mas não deixou de lutar nenhum instante. Sempre se preocupou com o bem-estar de todos e em ti eu me inspiro, você é um ser raro, de um coração bondoso e uma hospitalidade indiscutível, eu te amo minha mãe e sou grata todos os dias por cada oração que faz por mim.

Ao meu pai Raimundo, por sempre me mostrar que a paciência é um instrumento transformador em nossas vidas. Seu coração bondoso, sua voz branda e seu carinho sempre me impulsionaram a seguir na busca por melhores oportunidades neste mundo. Obrigada por tanto e por tudo meu velho, eu te amo demais.

Ao meu irmão e parceiro Jeová, com você eu sempre soube que não estava sozinha, sei que posso contar para o que der e vier. Sempre fomos, na maior parte do tempo, somente nós, dividindo segredos, fazendo desabafos e sempre contando um com o outro. Você é o irmão que sempre viu aquilo que faltava e dava um jeito de comprar para que eu sempre tivesse o melhor suporte, juntamente com nossa irmã Lílian. Eu agradeço e louvo a Deus pela vida de vocês, eu te amo meu irmão, agradecimento não seria suficiente para demonstrar o tanto que significa em minha vida.

Aos meus irmãos de sangue e de coração que partiram breve desta vida terrena Jucivan Melo e Lucas Gabriel, suas partidas deixaram uma ferida que nunca parou de sangrar. Mas a esperança de encontrá-los algum dia têm nos mantido de pé. Eu dedico este trabalho a vocês também que trilharam comigo boa parte da minha vida. Espero que a saudade seja de um até breve, amo vocês.

Aos meus irmãos Leandro, Itaã, Jhonny, Clesivan, Olivian, Dinário e Denir, a vocês eu dedico também este trabalho por serem mais que irmãos, são amigos. Obrigada por todo apoio que têm me dado durante toda essa jornada, amo vocês.

A toda minha família, minhas primas, Celma, Sônia e Célia. Ao querido tio Antônio, a todos os meus sobrinhos que eu amo demais. Em especial dedico este trabalho também para Rosa, minha dindinha e Célio meu vovô portijo, vocês são parte da minha vida, obrigada por tudo.

Ao grupo GEDITE (Grupo de Estudo em Dinâmicas Territoriais) na figura do professor José Sampaio pela oportunidade de compartilhar seu conhecimento através da sua orientação. A Marilene Oliveira por ter me apresentado este grupo e por hoje eu fazer parte das discussões, trabalhos e viagens de campo. Muito obrigada pela confiança e pela oportunidade. Ao professor Ronaldo Sodré, professor Igor Breno e mestranda Jéssica Mendes pela grande parceria no desenvolvimento dos meus relatórios e artigos científicos.

Aos professores do curso de Geografia, pela dedicação, pelas aulas ministradas em sala, pelas atividades de campo e por cada incentivo nos momentos difíceis cada um na sua particularidade. Vocês são primorosos, dignos de serem chamados de mestres. Muito obrigada a todos. Em especial à Wasti, Sampaio, Washington, Rosalva, Karina, Cláudio José, Quésia, Fernando, Regina, Ademir Terra, José Arilson, Silas, Melina, Luís Jorge.

A minha turma 2016.2 sem exceção, por cada conhecimento compartilhado, pelas parcerias, pelas observações e pelo conhecimento adquirido.

A Sasha Fernanda, Tallita Rayanne, Jaicia Ramos, Ana Campos, Fernando Vasconcelos, Dayana Serra, Lorena Regia, Klinsmann Augusto, Maria das Dores, Samyra, Pâmela Rebeca, Andreza Barros, Jéssica Sabrina, Thiago Ronyérison e Gabriel. Muito obrigada a cada um de vocês por todo apoio dado a mim.

Ao apoio institucional da Universidade Estadual do Maranhão e do CNPq. Ao INCRA, pela oportunidade do estágio curricular.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a estrutura agrária do município de Brejo na Microrregião de Chapadinha. O ponto principal desta pesquisa se volta não apenas para a questão da terra em si, mas, para a mecanização de lavouras no campo. Desse modo, é impreterível não a relacionar com o território como relações de poder e suas múltiplas funções, o território se torna um prisma na conquista da terra e corrobora com disparidades entre regiões, municípios e cidades. Para elaboração desta pesquisa foram realizadas discussões e fichamentos de referenciais bibliográficos que tratam das temáticas referentes ao tema proposto, em decorrência da Pandemia da COVID-19 não foi possível a realização de trabalho de campo. O método utilizado para obtenção dos resultados se deu através do Materialismo Histórico e Dialético. O Maranhão é um estado marcado pela grande concentração fundiária, ou seja, uma estrutura agrária monopolizada na mão de poucos, enquanto a maior parte dos camponeses dispõe de uma menor porção de terras, uma ordem aí invertida, uma vez que a terra deveria ser mais bem distribuída. Percebeu-se que a estrutura agrária sofreu fortes mudanças e inversões de produção, a soja que antes não tinha produção agora é o principal produto da lavoura no município de Brejo.

**Palavras-Chave:** Questão fundiária, terras agrícolas, agricultura.



## ABSTRACT

This research has as its main goal to analyze the agrarian structure of the municipality of Brejo in the Chapadinha micro-region. This research main point is not only about the land itself, but also about the field crop mechanization. Therefore, it is imperative not to relate it to the territory as power relations and its multiple functions, the territory become the main spot in land achievement and confirms the disparity between regions, municipalities and cities. To elaborate, this research was done in discussions, bibliographical references about the subject referring to the proposed theme. As a result of the COVID-19 pandemic, it was not possible to perform fieldwork. The method used to obtain the results was through Historical Materialism and Dialectic. The Maranhão is a state characterized by a large concentration of land, in other words, an agrarian structure monopolized by a few, while most of the peasants dispose of a smaller part of the land, a reversed order, since the land should be better distributed. It was noticed that the agrarian structure was highly changed in its production, the soy which was not even produced in Brejo municipality, now is its main product.

**Key Words:** Land Issue, agricultural lands, agriculture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização de Brejo na Microrregião de Chapadinha.....	15
Figura 2 – Mapa da Fronteira Agrícola do MATOPIBA .....	27
Figura 3 - Área plantada em Hectares nos Estados do MATOPIBA .....	29
Figura 4 - Conflitos por terra na Microrregião de Chapadinha .....	41
Figura 5 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha - MA.....	43
Figura 6 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha – MA - 2010...	44
Figura 7 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha – MA – 2018 ..	45
Figura 8 - Produção Agrícola municipal de Brejo.....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Imóveis Rurais em Situações Jurídicas (Módulos Fiscais) .....	32
Tabela 2 - Área e número de Estabelecimentos Agropecuários – Maranhão.....	34
Tabela 3 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários - Maranhão.....	35
Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários em condição de proprietário – Maranhão .....	36
Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia – Maranhão 201737	
Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia – Microrregião de Chapadinha 2017.....	38
Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade no Município de Brejo – MA.....	48
Tabela 8 - População total, por Gênero, Rural e Urbana de Brejo – MA .....	50

## LISTA DE SIGLAS

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
GEDITE – Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
PAM – Produção Agrícola Municipal  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNRA – Primeiro Plano de Reforma Agrária  
PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados  
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	18
3 MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	21
3.1 Disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira: o caso da sojicultora. ....	24
4 QUESTÃO FUNDIÁRIA EM ANÁLISE .....	30
4.1 Estabelecimentos Agropecuários e concentração de terras .....	33
5 ANTECESSORES DA EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA .....	39
5.1 Caracterização da Estrutura Agrária de Brejo na Microrregião de Chapadinha .....	42
5.2 Caracterização social do município de Brejo .....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	51
REFERÊNCIAS .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

Tratar sobre a questão da terra nunca foi assunto fácil para os pesquisadores; levando em conta os fatores muitas vezes obscuros que rodeiam a compra e venda de terra tanto em nível de Brasil quanto de Maranhão.

A questão agrária é fruto das contradições estruturais do capitalismo, que simultaneamente produz a concentração de riqueza e pobreza, impossibilitando a superação da questão, pelo contrário, a sua perpetuação ocorre constantemente por meio de seu paradoxo. Com isso, o paradigma da Questão agrária compreende que os problemas agrários fazem parte do sistema capitalista e as disputas por territórios (SODRÉ, 2017).

Karl Marx (1988, tomo 3, “Teoria da renda da terra”) chamou a terra de “mercadoria especial”, porque tomando como base os conceitos de economia política não era possível classificá-la como mercadoria; a terra não é fruto do trabalho humano, é um bem da natureza; portanto, não tem valor em si. A “mercadoria especial” seria a “exceção à regra”, pois, para ser mercadoria teria que ser resultado da força humana, o que não é. Então a exceção seria exatamente o desejo pelo capital, tratando-se de dinheiro, teria que ter uma maneira de tornar essa terra rentável na venda não a chamando apenas de mercadoria (SILVA *et al*, 2015).

Levando em consideração a historicidade no que se refere à propriedade privada, nota-se que esta foi se consolidando a partir das revoluções burguesas, do estabelecimento das regras republicanas e da organização do Estado burguês. Nesse regime todos os cidadãos passaram a ter direito à propriedade de terras, desde que tivessem dinheiro para comprá-las. Ao concentrar a propriedade da terra e manter os pequenos agricultores sem terra, esse modelo freava o desenvolvimento do mercado interno.

No Brasil, a concentração de terras foi custeada principalmente pelas grandes culturas de exportação, pela expansão do agronegócio e pelo avanço da fronteira agropecuária primeiramente na região Sul do Maranhão, Centro-Oeste e agora em direção à Amazônia; impulsionada pela criação de bovinos e pelo avanço da soja. Em relação ao Maranhão, o aumento dessa concentração de terra está pautado na cultura da soja principalmente na região Sul Maranhense que se expandiu para o Leste do estado.

A discrepância da representação política também é outro fator que contribuiu para a distribuição desigual de terras no Brasil. Como consequência direta dessa desigualdade, os grandes proprietários conseguiram obter 1.587 vezes mais recursos públicos do que os agricultores familiares para o financiamento da produção agropecuária. Outro efeito da persistência desta concentração fundiária é a expulsão de trabalhadores do campo. A impossibilidade de reprodução ampliada dos pequenos agricultores resultante da concentração fundiária produz expropriação dos trabalhadores do campo; que é acentuado pela modernização da agricultura, reduzindo a necessidade de mão de obra manual (CARTER, 2010).

O estudo da Microrregião de Chapadinha, especificamente o município de Brejo se justifica pelo grande aumento de produção de soja no Leste do Maranhão. Decorrente desse crescimento na produção de *commodities* alterou também os conflitos que se intensificaram entre agricultores familiares e latifundiários.

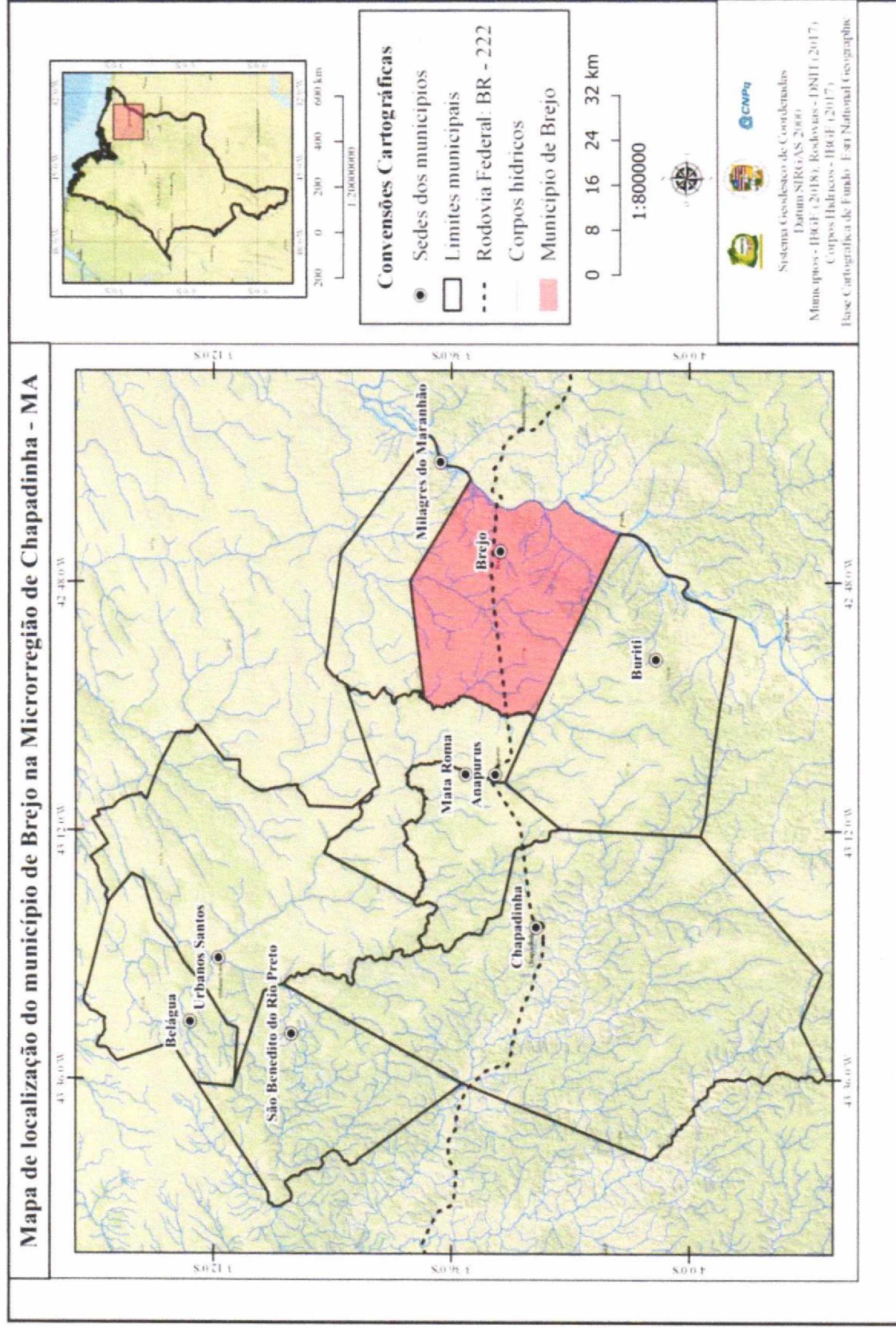
Quando se trata de capitalismo e sua disseminação no território rural é de forma heterogênea, complexa, múltiplo, divergente e paradoxal, criando o assalariamento e conseqüentemente, o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1999; 2001; 2007; 2016).

Como é apontado por Martins *apud* Almeida (1991, p.18):

O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (MARTINS, 1991, p.18).

O município de Brejo está localizado na Região Leste maranhense e faz parte da Microrregião de Chapadinha (figura 1) que é composta por nove municípios: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

Figura 1 - Mapa de Localização de Brejo na Microrregião de Chapadinha



Org: COSTA, 2020.



Dentro da ciência geográfica o Território abrange um conceito central, uma vez que este está ligado à espacialidade humana. Dessa forma, trabalhar o conceito de território é de suma importância para compreensão das relações de poder que estão inseridas dentro do campo da presente pesquisa e para discutir o conceito de território é necessário voltar-se primeiramente ao conceito de Espaço.

Destarte, o espaço é visto como matéria-prima, um local de expectativas materiais antecedentes a qualquer saber, representa aquilo que ele designa de Primeira Natureza, ou “Natureza Natural”, cuja existência só se pode admitir num momento imediatamente anterior àquele no qual o homem se transformou em homem social pelo ato da produção social (Santos, 1992).

Sendo assim, os modelos de desenvolvimento designam a organização do espaço geográfico por meio da produção de territórios, causando e intensificando conflitualidades que são impagáveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção (Fernandes, 2013).

Claude Raffestin (1993) define que antes mesmo do território já existia o espaço, ou seja, espaço e território não são equivalentes. O território, seguindo essa perspectiva, é o espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas vinculações de poder.

Dessa forma, o espaço é a “prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si [...] evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Considerando a ideia de espaço e território Raffestin aponta ainda que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Souza (1995) aponta que o território é: “fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78). Ou seja, o território é visto a partir do poder, tornando-se um instrumento de exercício de poder.

Haesbaert (2007) também enfatiza que o território é o produto de uma relação dispar de forças, que envolve uma supremacia ou controle de cunho político e econômico do espaço e sua apropriação simbólica, por hora conjugados e ao mesmo tempo reforçados, outrora desconectados e contraditoriamente articulados. Este é visto

antes de tudo como o espaço concreto em que se produzem ou se estabelecem os processos sociais. O território também é movimento, fluidez e interconexão.

O território, além de ter diferentes composições na interação entre as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade. (Haesbaert *et al*, 2007).

Dessa forma, teríamos desde os territórios mais abertos, de fronteiras permeáveis, intensamente conectados ou reificados, até aqueles mais fechados, quase impermeáveis. Entre os dois extremos desdobram-se os mais diversos níveis de permeabilidade ou flexibilidade (Haesbaert *et al*, 2007). Em síntese, o território é além de uma delimitação física marcada por fronteiras, é parte do espaço geográfico que estabelece diversas relações de poder, econômica, social e política.

Desse modo, o território é basilar nessa análise do capitalismo que busca se instalar para gerar seu capital. O conceito que se acentua melhor com a pesquisa é o utilizado por Souza (1995), na qual o território é visto a partir do poder. Através desta pesquisa buscamos analisar a estrutura agrária do município de Brejo inserido na Microrregião de Chapadinha de 1990 a 2017, bem como sua questão fundiária e as atividades do Agronegócio desenvolvidas no município.

Para alcance dos resultados, o método utilizado para obtenção dos resultados foi o Materialismo Histórico Dialético. Para Marx, as diferenças são entendidas como condutor de conflitos entre grupos de indivíduos submetidos a realidades materiais diferentes. O método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um dado objeto que foi selecionado para um estudo, nem um conjunto de regras que o sujeito pesquisador escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. Marx não opera com definições (NETTO, 2011).

Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada - e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como "unidade do diverso" (NETTO, 2011, p. 57 e 58).

O método dialético consiste na discussão de dado objeto de investigação, podendo ter oposição de ideias e pensamentos, mas, sempre com a dialética de ambos,

pois, a ciência é fruto de estudos diversos que ajudam solucionar uma problemática em questão.

O primeiro momento da pesquisa consistiu em um levantamento histórico e bibliográfico sobre o município de Brejo e a Microrregião de Chapadinha. No segundo momento, uma análise sobre a questão da mundialização da agricultura que transformou a forma de plantio no campo. Em decorrência da pandemia da COVID-19, não foi possível a realização da atividade de campo para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Agronegócio no município de Brejo que complementaria a pesquisa. Com isso, a pesquisa se baseou diretamente pelos dados fornecidos pelos órgãos públicos que tratam o assunto trabalhado.

Para elaboração desta pesquisa foram realizadas discussões e fichamentos de referenciais bibliográficos como Raffestin (1993), Pedrosa (1999), Saquet (2007), Oliveira (2015), dentre outros que tratam das temáticas referentes ao tema proposto, visando obter respaldo nos resultados e reconhecendo a necessidade de múltiplas leituras. As elaborações dos mapas foram feitas no Software Quantum Gis (Qgis) na versão 3.10. Os dados de fontes secundárias foram obtidos através do Censo Demográfico 2010, IBGE, CPT (2016), Atlas de Desenvolvimento Humano (2019), Censo Agropecuário, SIDRA (2017) e pesquisas acadêmicas. Além da participação em eventos tencionando o aprofundamento das discussões.

No capítulo 1 abordaremos sobre a questão Agrária no Brasil. No capítulo 2 será analisada a mundialização da Agricultura e a fronteira agrícola do MATOPIBA. No capítulo 3 trataremos sobre a questão fundiária e a concentração de terras por meio dos estabelecimentos agropecuários e módulos fiscais. Por fim, no capítulo 4 será discutida a estrutura agrária da Microrregião de Chapadinha e Brejo, bem como a caracterização social do município de Brejo.

## **2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

As mudanças dos períodos políticos, a transição do fim da ditadura e a Nova Constituição de 1988 discursa um ciclo econômico baseado no Neoliberalismo, que tinha como principal característica a privatização e abertura comercial dos negócios estrangeiros em território brasileiro, predominante nos anos 90. Tal ciclo econômico impede a função que o Estado tem de cumprir mediante a Nova Constituição (1988) de

executar os direitos sociais voltados para a questão agrária, que traz a função de propriedade fundiária e da terra (DELGADO, 2005).

A partir de então, predomina a contraposição entre a reforma agrária e modernização técnica, esta última presente desde o Golpe de 1964 até os dias atuais sob um novo ordenamento político que vem se articulando desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Constitui-se a partir deste, várias estratégias para implantação de inúmeros empreendimentos na propriedade fundiária, dando vazio à concentração de terras por grandes proprietários. O movimento implicou em uma política agrícola voltada inteiramente ao agronegócio, que não resultaria em mudanças na estrutura agrária, o que conseqüentemente elevou os ganhos da propriedade privada. Essa nova organização vai de encontro com o movimento da reforma agrária e as políticas que abrangem o campesinato (DELGADO, 2005).

O que em papel parecia ser um novo ordenamento da terra para descentralização fundiária, minimizando os efeitos das desigualdades no campo se tornou um elevador para os grandes proprietários; acumulando mais capital nas mãos de uma pequena parcela abastarda. Na contramão desse processo, o pequeno produtor com poucas políticas práticas fica quase impossibilitado de novas expectativas de uma reforma agrária de fato, que verdadeiramente tenha um olhar voltado para suas causas.

A partir da ditadura de 1964 não foi mais possível à argumentação ou contestação política. Com isso, todo debate envolvendo as esferas políticas governamentais se tornou totalmente conservador e, com a questão agrícola não foi diferente tendo seus debates exclusivos sobre produtos, incluindo preços, o emprego e o comércio internacional, omitindo assim o debate sobre a questão fundiária e agrária e os efeitos para o país.

Dessa forma, podemos notar que:

O pensamento econômico hegemônico no Brasil ficou calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. A imaginação dos economistas conservadores da época, e também de alguns críticos do sistema, está impregnada das chamadas cinco funções da agricultura: i) liberar mão-de-obra para a indústria; ii) gerar oferta adequada de alimentos; iii) suprir matérias-primas para indústrias; iv) elevar as exportações agrícolas; e v) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas. (DELGADO, 2005, p.56).

A partir disso, podemos notar que essa tentativa de pareamento do pensamento brasileiro com o norte-americano sobre o papel da agricultura na economia,

mostrando a fragilidade na implantação de um pensamento próprio a um país que tem suas características econômicas, sociais e culturais bem distintas, o que caberia uma concepção particular considerando as peculiaridades encontradas aqui. Como se não bastasse esse direcionamento exterior, a falta de debates sobre reforma agrária foram fatores que favoreceram o crescimento da onda Neoliberal.

Alguns pontos sobre a implantação de um pensamento econômico externo ser negativa que merecem destaque estão relacionados para além das particularidades ambientais; partem para a questão territorial e populacional, na qual o Brasil concentra a maior parte da sua população na zona rural. Por isso, o perfil dessa classe trabalhadora é distinto, sua propriedade tem tamanho inferior ao dos grandes produtores, o que pode resultar em expropriação desse trabalhador em detrimento do avanço do latifúndio.

A década de 1980 no Brasil principalmente para a questão agrária foi marcada por transição e contradição. O fim da ditadura militar proporcionou aos movimentos sociais o debate, antes submetidos às forças autoritárias que dominavam a modernização da agricultura. Durante todo o regime autoritário não houve debate sobre a questão agrária, nem teórica nem politicamente, estava à frente dessa inovação somente o governo.

Com o fim da ditadura houve a abertura política, que a partir de então traria novamente a articulação dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária. Nesse contexto, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criada em 1979, é consolidada pela Igreja e nascem novas organizações não governamentais (ONGs) para darem apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária”.

Politicamente falando, a Reforma Agrária volta ao caderno de compromissos político do Estado. A Nova República inaugurada por Tancredo Neves foi fruto das novas engrenagens detalhadas no I Plano Nacional de Reforma Agrária que iniciou em 1985 (fim do regime militar) até 1988 (DELGADO, 2005).

Como dito anteriormente, a década de 1980 foi marcada por transição política. A constituição de 1988 marca uma nova organização constitucional, mudando também o estatuto da propriedade fundiária legitimado pela sua função social. A partir desta nova Constituição a política é regida não apenas por esse novo ordenamento constitucional, mas de maneira expressiva pelo processo de ajustamento constrangido à

nova ordem externa e interna expressas por alto endividamento público e dependência exterior.

A maneira como a política econômica externa incorporará o setor agrícola na “solução” do endividamento externo fortalece a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. Isso é provado pela liberação da apropriação da renda fundiária por grandes proprietários. Com isso, se nota que tudo depende de um jogo político, por mais que na Constituição esteja assegurado o estatuto da propriedade fundiária ainda existe o descumprimento que na prática trazem expropriação e conflitos entre latifundiários e pequenos agricultores.

### **3 MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Para se entender a atual conjuntura da agricultura que adentrou ao campo causando modificações e transformações, tanto na ordem econômica quanto estrutural, se faz necessária uma análise histórica dos processos que antecederam tal modificação.

O século XX foi um período que se transitou inúmeras transformações no âmbito econômico, social e na gestão do território. A internet foi o marco dessa mudança, pelo fato de conceder a comunicação em todo o globo, disponibilizando dados em rede. Com isso, a implantação de uma ideologia burguesa que tinha como objetivo o domínio de certa forma, sobre a mente dos que tinham acesso a mesma (OLIVEIRA, 2015).

De acordo com OLIVEIRA (2015) existem dois processos que emergiram nesse período: o neoliberalismo (releitura do liberalismo) e a mundialização do capital. Tornou-se então, um conjunto de ideias capitalistas e uma economia baseada na não interferência do Estado na economia, na livre iniciativa do comércio em nível mundial. Defendia-se a circulação de capitais internacionais, a abertura das economias nacionais para entrada de empresas estrangeiras, implantação de ações que dificultam o protecionismo econômico e adesão de uma política de privatização de empresas estatais.

A concepção obtida com a análise das transformações que o capitalismo passou no fim do século XX e a crise do socialismo ficaram conhecidas como globalização. Criada de forma ideológica para aclarar a nova ordem territorial do capitalismo mundial. A nova ordenação colocou a tona que o mundo já não se ordenaria da mesma forma (OLIVEIRA, 2015).

Para tal momento histórico, Milton Santos (2000, p.15) ressalta a importância de uma identidade própria que esse termo adquiriu, na qual, a história não se repetiria mais:

A globalização é o estágio supremo do imperialismo, mas não é o imperialismo. A globalização é coisa nova, inteiramente nova. Na face da terra, porém, tudo é combinação, porque o passado, graças às formas herdadas, não desaparece totalmente; mas os fatores dinâmicos de cada momento comandam os outros fatores e provocam mudanças. Da capacidade de perceber a mudança e os seus fatores centrais vem à possibilidade de construir uma análise válida. E assim que as épocas são definidas. Por conseguinte, a globalização deve ser tratada como um período histórico, um momento da vida da humanidade, com suas características próprias, diversas do passado mais recente e susceptível, pela sua realidade, de ser incluídas num processo de elaboração teórica (SANTOS, 2000, P. 15).

Ianni (1995) *Apud* Oliveira (2015) faz alusão que em Marx, ainda que o capitalismo fosse um processo comum a nível mundial, não se pensa que em Marx a sociedade global já vivesse formulada, trata-se do reconhecimento de novas intuições e interpretações desenvolvidas.

Para Marx, o capitalismo é um processo civilizatório mundial. Trata-se de um processo civilizatório que “invade todo o globo”, envolve “o intercâmbio universal” e cria as bases de “um novo mundo”, influenciando, destruindo ou recriando outras formas sociais de trabalho e vida, outras formas culturais e civilizatórias. [...] Não se trata de pensar que a sociedade global já estava em Marx. Trata-se apenas de reconhecer que algumas das intuições e interpretações desenvolvidas em seus escritos contemplam as dimensões do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. Nessa perspectiva, a sociedade global pode aparecer complexa e evidente, caótica e transparente; uma totalidade problemática, contraditória, em movimento (Ianni, 1995, p. 161).

A possibilidade de formação de uma sociedade global reabriria o debate entre modernidade e pós-modernidade. Uma dialética da globalização. Milton Santos e David Harvey citam que:

A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade. Na globalização as coisas, gentes e ideias modificam os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é local, nacional e regional revela-se também global (Ianni, 1995, p.163/164).

Para finalizar a ideia da problemática entre modernidade e pós-modernidade, Ianni (1995) *Apud* Oliveira (2015), na qual a razão seria substituída pela imaginação, a experiência seria invertida pela aparência e o real pelo virtual.

Troca-se a experiência pela aparência, o real pelo virtual, o fato pelo simulacro, a história pelo instante, o território pelo dígito, a palavra pela imagem. Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e ideias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraizam-se dos

lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em um vasto mercado de coisas, gentes e ideias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades [...].O mundo transforma-se em território de todo o mundo. Tudo se desterritorializa e reterritorializa. (Ianni, 1995, p. 169/1970).

Tais discussões entre moderno e pós-moderno no contexto da globalização foram temas de debates que permearam o meio acadêmico e inúmeros autores das ciências humanas expuseram seu olhar crítico sobre estas ideias. As décadas que sucederam esses embates principalmente a partir de 70, já não eram mais as mesmas, o mundo passou a ter uma nova dinâmica que resulta em mundo capitalista.

Assim como o mundo passou por transformações de diversas ordens, seja cultural, ideológica ou social por meio da mundialização do capitalismo e do neoliberalismo, não foi diferente com a agricultura que passou de uma agricultura sustentada pela produção camponesa, para uma agricultura mecanizada.

O neoliberalismo auferiu a noção de segurança alimentar do setor público de saúde, no qual o conceito foi reformulado e fundado na qualidade dos alimentos e levado para a área das políticas públicas de abastecimento alimentar. No neoliberalismo já não se fala em soberania alimentar. Dessa forma, com o capitalismo monopolizado, a agricultura passou a se estruturar sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas em nível mundial. Tornou-se assim, uma questão de estratégia nacional, sendo apenas uma mercadoria a ser vendida. (OLIVEIRA, 2015).

A produção de *commodities* foi o resultado de toda a transformação que o campo sofreu como o novo modelo econômico mundial. Todo alimento produzido no campo era convertido em mercadoria para ser vendido a nível mundial por meio da exportação, a lógica alimentar não presa pelo abastecimento alimentar, a lógica agora é a venda dessa mercadoria, o capital resultante desse processo. Dentre as principais *commodities* que dominam no campo, está o milho, o arroz e a soja, principalmente a soja.

Através do controle da propriedade privada da terra e a mecanização da agricultura no campo os monopólios se territorializaram. Os planos de aliança em termos tanto econômico quanto político através da mundialização do capital se combinou. É de suma importância enfatizar que esse modelo primário-exportador ele vem desde a colonização e perdura até hoje.



No território, essa monopolização que se dá através das empresas de comercialização que não produzem diretamente no campo, mas, controlam através dos mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2015). Além disso, o Estado tem um papel determinante nisso, também.

### **3.1 Disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira: o caso da sojicultora.**

Em se tratando da soja no território nacional segundo a EMBRAPA (2002) esta se territorializou no século XIX para ser estudada como planta forrageira (leguminosa utilizada como fonte de alimentos para os animais). As primeiras plantações de soja no Brasil são datadas de 1900 e 1901, quando distribuídas às primeiras sementes no estado de São Paulo e os primeiros cultivos no Sul do país, especificamente no Rio Grande do Sul.

Essa cultura só ganhou força a partir dos anos de 1950 em razão da instalação do programa oficial para dar apoio à produção do trigo, que conseqüentemente beneficiaria a cultura de soja também, foi na verdade uma espécie de escada para a soja. A partir de então se expandiu para o estado do Paraná como aponta os dados da (EMBRAPA, 2002). Com predomínio na região Sul Maranhense essa lavoura vai sobrepor aos cultivos alimentares tradicionais, ou seja, as áreas antes plantadas por feijão, mandioca e milho darão lugar à soja.

Com o complexo agroexportador o Brasil alavanca suas áreas de plantações por uma grande parte do país, visando um melhoramento no saldo comercial com as exportações, deixando em segundo plano a necessidade do seu próprio mercado interno. Na década de 1990 a soja e o milho competiam de forma similar ambos sendo os principais grãos da microrregião Gerais de Balsas, nos anos 2000 a soja alavanca sua área de plantação enquanto a mandioca e o feijão dispõem de uma plantação irrisória quando comparadas a monocultura da soja que adentrou à diversas regiões do Estado do Maranhão.

A questão agrária em nível mundial mudou a partir da land grabbing. Em território nacional, foi criada uma divisão unicamente para receber aos interesses do capital financeiro na territorialização do agronegócio para produzir commodities maleáveis. A nova realidade engendrou o conceito de fronteira agrícola moderna marcada pela existência de uma agricultura intensiva em capital e tecnologia, em

extensas áreas produzindo para exportação, com grande presença de tradings<sup>1</sup> internacionais com o propósito de se beneficiar da renda fundiária. (Fernandes, et. al, 2019).

O discurso para implantação do Land grabbing calcado na proposta de preservação ambiental obtiveram grandes extensões de terras para grandes atividades de produção de commodities. Seguindo essa lógica, a terra para ser preservada primeiramente tinha que ser vendida. Ou seja, perceptível o uso de argumentos para tirar benefícios de um bem comum e conseqüentemente intensificando a acumulação de terras.

O land grabbing é um processo cíclico (EDELMAN e LÉON, 2013 *Apud* Fernandes, et al, 2019), intensificado no século XXI devido à convergência de crises. Atinge todos os continentes (PLOEG, FRANCO e BORRAS JR., 2015 *Apud* Fernandes, et al, 2019) não se configura como exclusivo do Sul global, onde ocorre com maior intensidade e rapidez, cuja diferença se dá na produtividade da terra.

A criação da região do MATOPIBA é referente aos acrônimos relacionados à área de confluência dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia com uma área de 73.173.485 hectares, envolvendo 337 municípios. Fundado pelo Decreto Presidencial nº 8.447 de 2015, o Plano de Desenvolvimento Agrícola do MATOPIBA acompanha o modelo agroextrativista para exportação como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) pensado na década de 1970 (Fernandes, et. al, 2019).

A região do MATOPIBA (figura 2) teve sua gênese associada à ocupação de terras que tinham como resultado o acúmulo de capital em frente associação de distintas crises, seja energética, financeira, ambiental e outras dentro de um projeto de globalização do novo liberalismo econômico. A esse processo se dá o nome de Land Grabbing, na qual Fernandes aponta que:

A convergência destas múltiplas crises torna o atual land grabbing distinto daquele observado em períodos anteriores. Tais crises geram preocupações em diferentes instituições governamentais e multilaterais relacionadas à produção de alimentos e problemas ambientais, e proporcionaram alternativas para a expansão do capital financeiro na agricultura - que em crise de sobre acumulação - cria pretextos para empresas e fundos de investimento acumularem cada vez mais capital, utilizando como discurso a

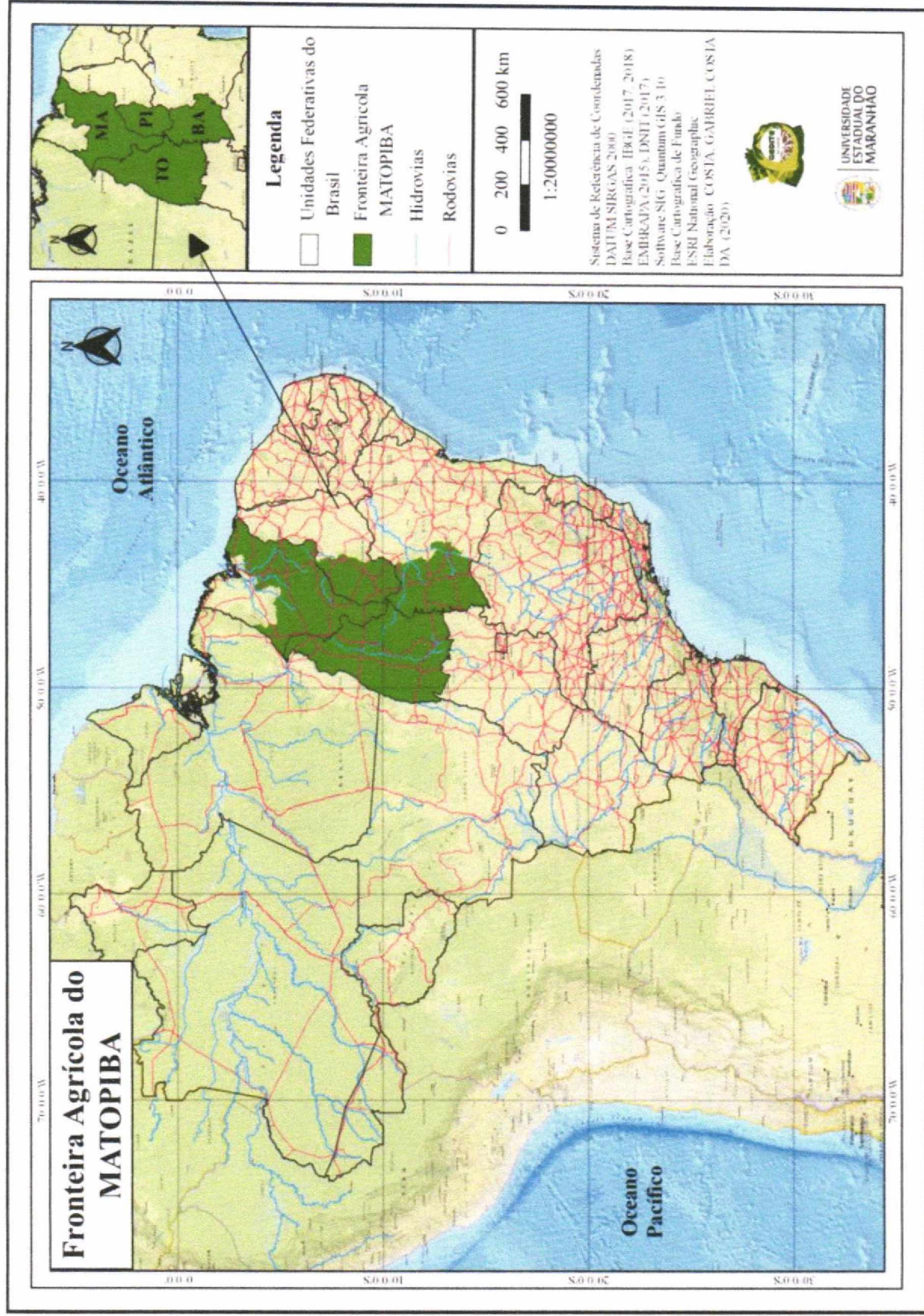
<sup>1</sup> São empresas comerciais que atuam como intermediárias entre empresas fabricantes e empresas compradoras em operações de exportação ou de importação.

<sup>2</sup> A mais-valia é a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor dessa força de trabalho, ou seja, o valor total criado no processo produtivo (VC) é constituído pelo equivalente do valor pago pelo

conservação do meio ambiente e o combate à fome (FERNANDES, et. al, 2019, p.177).

A apropriação de terras acontece nos territórios mais lucrativos para o capital, que em sua maioria tem investimento de cunho internacional, quer seja uma região já consolidada ou em crescimento na fronteira agrícola, originando novas territorialidades por meio de desterritorialização, estimulando conflitos, que afetam direta ou indiretamente comunidades tradicionais (FERNANDES, 2010).

Figura 2 – Mapa da Fronteira Agrícola do MATOPIBA



Apesar de a fronteira agrícola estar em discussão num tempo recente, os meios de ocupação já existiam há bastante tempo:

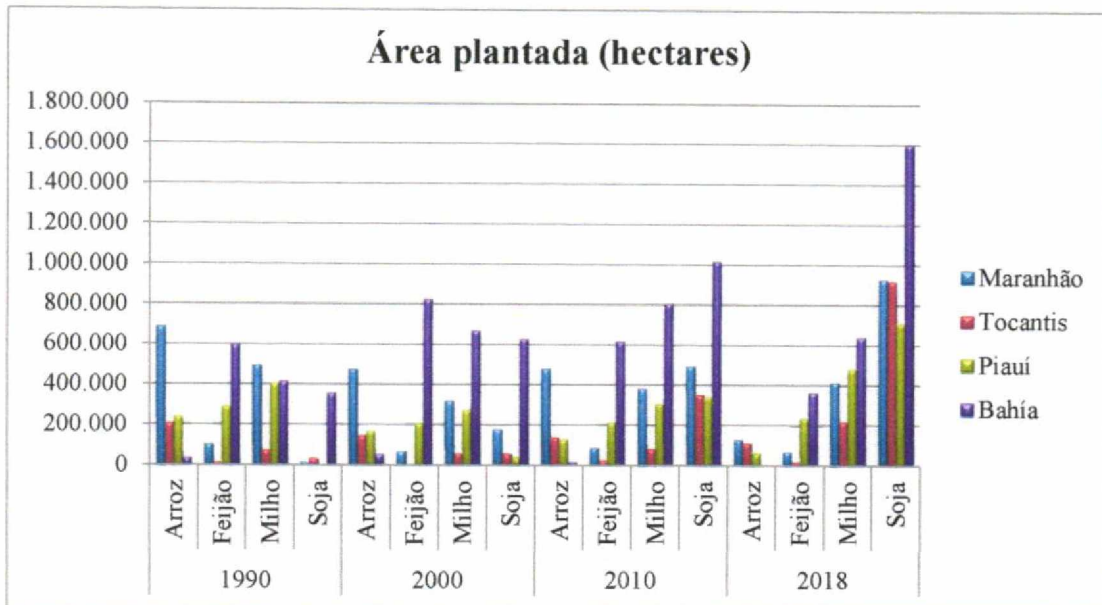
Os processos de ocupação dos espaços rurais desses territórios do MATOPIBA não são fatos recentes. Trata-se de ações que tiveram seu início nos começos da década de 1970 e foram intensificadas a partir de programas e decisões planejadas e realizadas por meio de projetos e programas governamentais elaborados e executados para serem instrumentos de políticas públicas que viabilizassem e impulsionassem o desenvolvimento econômico desses espaços com a transformação da agricultura e agropecuária ali praticada, a partir da concessão de crédito altamente subsidiado e do subsídio direto para aquisição de alguns insumos, determinando, a partir da especialização de alguns produtos (especialmente grãos), o incremento da produção e da produtividade agrícola (SANTOS, 2018, p. 578).

O aumento desses programas e projetos, na percepção das estruturas de mando do Estado, proporcionaria a diminuição das pressões dos movimentos sociais no campo, que desabrochavam com muita força desde meados da década de 1950. As demandas e questões voltadas para as diminuições das desigualdades entre regiões ou dos conflitos agrários no campo, foram deixadas de lado, levou-se em conta que as suas resoluções iriam ocorrer como consequência dos resultados alcançados pelos projetos de desenvolvimento regional e das estratégias governamentais como elemento global do desenvolvimento (SANTOS, 2018).

Utilizando o pretexto da segurança alimentar para a população, empresas e governos apoderam-se de extensas áreas de terras para produção de commodities. As demais crises ambientais e climáticas associada com a crise do setor energético usufruem do discurso do aquecimento global, que é uma consequência do uso exacerbado de gases de efeito estufa para oportunizar o Green Grabbing (Fernandes, et al, 2019).

Contraditoriamente, podemos observar que esse não foi de fato o objetivo desses grandes produtores, uma vez que, os produtos da agricultura patronal não são voltados para fortalecimento da alimentação interna e sim para fins de exportação principalmente para o mercado asiático. Ou seja, o modo como se deu à fixação dessas empresas, a materialização no campo surgiu mediante um discurso que aparentava resolver questões tão emblemáticas, como a da fome por exemplo. Por trás do discurso de segurança alimentar, veio um emaranhado de conflitos por terras no campo. Na (figura 3) podemos observar a produção de commodities no MATOPIBA destinado principalmente para o mercado externo.

Figura 3 - Área plantada em Hectares nos Estados do MATOPIBA



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019

Analisando cada Estado dentro da Fronteira Agrícola do MATOPIBA, a produção de commodities de milho e soja são as que mais se sobressaem principalmente na Bahia, que tem a maior extensão de terras para a sojicultura e para o milho dentre os quatro estados. As áreas destinadas ao plantio dessas monoculturas ultrapassam um milhão de hectares dentro do estado, tornando o seu território um dos mais explorados pela monocultura.

Podemos notar que as áreas para o plantio de monoculturas são extensas, o Maranhão com 929.656 hectares, o Tocantins 917.608 hectares e o Piauí com 711.123 hectares, respectivamente. Territórios rentáveis são cada vez mais visados para investimento do capital internacional como forma de obtenção de lucros.

Nesse contexto, Milton Santos (2020) aponta que: “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”. Exatamente o que notamos na fronteira agrícola do MATOPIBA, na qual os territórios mais rentáveis. Ainda completa que:

A Agricultura Moderna, cientificada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e as fragmentações atuais do território (SANTOS, 2020, p. 80).

Além disso, vale ressaltar que a região do MATOPIBA é uma área de interesse por conta da facilidade de aquisição de terras a preços relativamente mais baixos que em outras regiões. Nos tópicos seguintes, entenderemos em que momento histórico em que se inicia a facilidade da compra da terra.

#### 4 QUESTÃO FUNDIÁRIA EM ANÁLISE

A estrutura fundiária desde muito tempo vem sendo discutida, Élisée Reclus (1985) sustentava a ideia de que a estrutura fundiária de um país é o resultado das lutas entre latifundiários e pequenos agricultores pela posse das terras. A estrutura fundiária é democrática quando as lutas dos pequenos proprietários forem capazes de se impor aos anseios monopolistas do grande latifúndio; mas onde o poder do latifúndio foi superior ao dos agricultores menores, a concentração fundiária se tornou intensa. A estrutura fundiária se refere ao modo de distribuição da terra. Quando essa distribuição é desigual prevalecerá a concentração fundiária, e quanto mais igualitária for essa distribuição menos concentrada será a estrutura fundiária (RECLUS, 1985).

Uma das formas de analisar essa concentração de terras se dá através da análise dos percentuais de terras atribuídos em cada um dos estratos de propriedades rurais através dos módulos fiscais (FILHO, *et al*, 2009). Apesar de o Brasil ser um país com diversas lutas e revoltas de resistência, o latifúndio prevaleceu e impôs ao país a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra através de leis segregadas.

Essa segregação vem acontecendo desde o estabelecimento da própria Lei de Terras que vislumbram prazos formidáveis para o grande produtor e obstáculos para a obtenção de terras para o pequeno agricultor que nem sempre tinha a propriedade da terra, somente a posse. A posse da terra refere-se a quais pessoas e categorias sociais moram em cima de certo território não sendo necessariamente proprietário. O seu uso vai determinar quais produtos sejam cultivados para atender as necessidades sociais e que destino se dá a eles. E a propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o direito de uma pessoa ou qualquer entidade comprar e ter a propriedade privada (STEDILE, 2012).

Essa diferença entre esses termos são de suma de importância. Alguns autores dos estudos da questão agrária como OLIVEIRA (2007, 2015) e PEDROSA (1999) ao investigarem o comportamento do capital na organização da produção agrícola e em relação à propriedade da terra, concluíram que na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolvia a propriedade da terra foi se concentrando nas mãos de um menor número de proprietários capitalistas. A terra antes vista como um bem da natureza começa ser controlado pelo monopólio das oligarquias ou clãs e torna-se agora uma mercadoria especial.

Além disso, percebe-se que a concentração da terra é diferente quando comparada a concentração do capital, OLIVEIRA (2007) aponta que:

A concentração da terra é diferente da concentração do capital, revela, portanto, a irracionalidade do método que retira capital do produtivo, imobilizando-o sob a forma de propriedade capitalista da terra. Enquanto, a concentração do capital é o aumento de poder de exploração, é aumento da capacidade produtiva do trabalhador; é o aumento da capacidade de extração do trabalho não pago, da mais-valia<sup>2</sup>. Dessa maneira, a propriedade capitalista da terra tem que ser entendida como uma contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção tem que ser entendida como produto de uma relação social que ela é (OLIVEIRA, 2007, p. 99).

Através da Lei de Terras de 17 de junho de 1969 grandes extensões de terras eram subsidiadas pelo governo na oferta de trazer “desenvolvimento” para o Estado. A Comarca – Companhia Maranhense de Colonização – a 6 de dezembro de 1971 (Lei 3.230) que compreendeu uma área de 1.7000,000. Do montante dos 1.7000.000 hectares, 300.000 apenas seriam destinados aos pequenos colonos (dez mil famílias) e o restante vendido a grandes empresas, empreendendo a chamada ocupação racional do solo (PEDROSA, 1999).

Com base nos resultados preliminares do último censo agropecuário (2017) foi constatado que existem cerca de 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil ocupando uma área de 350.253.329 hectares, ou seja, os estabelecimentos tem uma quantidade pequena se comparado a terra utilizada. Isso demonstra a questão da concentração da terra, uma vez que ficaria um total de 69.054,18 hectares para um estabelecimento agropecuário.

---

<sup>2</sup> A mais-valia é a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o valor dessa força de trabalho, ou seja, o valor total criado no processo produtivo (VC) é constituído pelo equivalente do valor pago pelo capitalista ao trabalhador sob a forma de salário que, na terminologia de Marx, é o capital variável (v) e pela mais valia (s), pelo que a mais-valia é dada pela seguinte expressão:  $s = VC - v$ , sendo v o que Marx denominou como capital variável, consubstanciando o valor da força de trabalho e que se expressa no salário pago, em termos monetários (DONÁRIO, 2016).



No que diz respeito à propriedade da terra, o INCRA fez o demonstrativo dos imóveis rurais na qual o Maranhão registou um total de 145.322 com uma área total de 25.680.092,69 hectares (INCRA, 2016). No Maranhão a concentração da terra se torna mais acentuada o que é explicado pela Lei Sarney de Terras (1969) na qual as terras eram comercializadas com algumas vantagens para grandes latifundiários. Para cada imóvel rural é disposto um total de 176,71 hectares.

O Maranhão é um estado marcado pela grande concentração fundiária como mostra a (tabela 1). Quando nos referimos a essa concentração de terras no estado podemos ligar diretamente as leis de terras que favoreciam o capitalista com grande poder aquisitivo. Segundo o INCRA (2016), os índices Cadastrais determinam o tamanho médio das propriedades, classificando-se em:

- Minifúndio (abaixo de 1 módulo fiscal);
- Pequena propriedade (entre 1 e 4 módulos fiscais);
- Média propriedade (mais de 4 a 15 módulos fiscais);
- Grande propriedade (acima de 15 módulos fiscais).

Tabela 1- Imóveis Rurais em Situações Jurídicas (Módulos Fiscais)

<b>Classes de Área Total (ha) Classes de Nº de MF (ha) Categoria de Imóvel Rural</b>	<b>TOTAL DE IMÓVEIS</b>	<b>TOTAL DE ÁREA (ha)</b>
<b>Mais de 0 a 0,5 MF</b>	41.393	785.412,25
<b>Mais de 4 e 5 MF</b>	3.154	952.463,81
<b>Mais de 10 a 15 MF</b>	2.527	2.129.232,69
<b>Mais de 20 e 50 MF</b>	1.870	3.898.139,09
<b>Mais de 100 a 200 MF</b>	142	1.255.366,53
<b>Mais de 200 a 400 MF</b>	3	109.688,48
<b>Mais de 600 MF</b>	3	197.000,00

Fonte: INCRA, 2016.

Através dos dados acima, é possível identificar que à medida que se aumenta os módulos fiscais, diminui o número de imóveis e aumenta a área de ocupação. A discrepância notada é um reflexo das Leis de Terras estabelecidas no território nacional e regional, que, consistem em Leis excludentes e segregadas para quem não tem capital, trazendo desenvolvimento para o monopólio privado.

Conforme a classificação estabelecida pelo INCRA, nota-se que o minifúndio é o predominante em termos de total de imóveis com 41.393 e uma área de 785.412,25 hectares. Ao se comparar o território ocupado por esse módulo com os demais, é visível quanto a extensão de terras é menor dividindo pelo total de imóveis, ficando cerca de 18,9 hectares do total de área para cada um.

Em contrapartida ao minifúndio, a maior área ocupada é pela grande propriedade com 20 a 50 módulos fiscais ocupando um total de 3.898.139,09 hectares, a área dividida para cada imóvel ficaria em torno de 2.084,56 hectares. Dentre todos os imóveis, o que dispõe da maior área é do de mais de 600 MF que teria uma região de 65.666,66 hectares para cada imóvel, num total de três. Ou seja, uma concentração fundiária que abrange grandes extensões de terras pelo Estado, sendo que o minifúndio tem menor área destinada apesar de ter a maior quantidade de imóveis rurais, enquanto, a grande propriedade tem a menor quantidade de imóveis, entretanto, tem a maior extensão de terras do Estado.

Com isso, se nota que a quantidade de terras disponível por grandes proprietários são extensas, um problema acentuado desde as leis de terras segregadas na qual o latifúndio dispõe da maior quantidade de terras com menor número de propriedades, enquanto o minifúndio tem a menor parcela de terras com um número maior de proprietários.

#### **4.1 Estabelecimentos Agropecuários e concentração de terras**

Diferentemente da análise do INCRA sobre o acúmulo de terra, o IBGE adota o termo Estabelecimentos Agropecuários que se define como: “toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)” (IBGE, 1995). A (tabela 2) faz síntese do número de Estabelecimentos Agropecuários registrados no Censo Agropecuário de 1995 e 2006.

Tabela 2 - Área e número de Estabelecimentos Agropecuários – Maranhão

Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total 1995 - 2006				
	<b>Menos de 10 ha</b>	<b>De 10 a menos de 100 ha</b>	<b>100 a menos de 1.000 ha</b>	<b>Mais de 1000 ha</b>
1995	<b>272.100</b>	<b>59.360</b>	<b>20.796</b>	<b>1.681</b>
	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Estabelecimentos
2006	<b>136.014</b>	<b>68.035</b>	<b>22.290</b>	<b>1.716</b>
	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Estabelecimentos	Estabelecimentos

Fonte: IBGE, SIDRA, 2020.

O Censo Agropecuário de 1995-1996 fez o levantamento da situação de mais de 4,8 milhões de estabelecimentos agropecuários. Dentre esse quantitativo que inclui o cultivo do solo com culturas temporárias e permanentes, exploração de matas e florestas plantadas que é chamada de silvicultura, extração de vegetais em geral, sublinharemos a situação dos estabelecimentos agropecuários e sua respectiva área.

Como podemos notar na tabela acima, os números de estabelecimentos agropecuários estão registrados conforme a área total que ocupa, variando de uma área de menos de 10 hectares a área superior a 1000 hectares. As áreas com menores quantidades de hectares (menos de 10 ha e de 10 a menos de 100 ha) são as que têm o maior número de estabelecimentos agropecuários. Um hectare de terra corresponde a 10.000 m<sup>2</sup>, se calcularmos a área para cada estabelecimento agropecuário em 1995 levando em conta a menor área dividida para o número total dos mesmos, podemos observar como se dá o processo de concentração fundiária.

Para isso, usaremos para essa análise o maior e o menor número de estabelecimentos agropecuários com suas respectivas áreas (tabela 3). No Censo de 1995 encontram-se ambas as situações.

Tabela 3 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários - Maranhão

Área dos Estabelecimentos agropecuários 1995 – 2006 - Maranhão				
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	100 a menos de 1.000 ha	Mais de 1000 ha
1995	389.795	2.404.123	5.201.157	4.565.617
	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>
2006	178.368	2.615.239	5.519.381	4.720.580
	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>	m <sup>2</sup>

Fonte: IBGE, SIDRA, 2020.

As maiores quantidades de estabelecimentos (272.100 estabelecimentos) dispõem da menor área total (menos de 10 hectares), dividindo a área total (389.795 m<sup>2</sup>) para o total de estabelecimentos (272.100) cada estabelecimento que teria em média uma área de 1,43m<sup>2</sup>. Partindo agora para a menor quantidade de estabelecimentos (1.681 estabelecimentos) que detém a maior área total (mais de 1.000 hectares) podemos observar que o resultado dessa proporção é superior ao cálculo anterior. Com a área total de 4.565.617 m<sup>2</sup> dividida pelo total de estabelecimentos cada teria sua área com cerca de 2.716,01 m<sup>2</sup>.

Com isso, podemos observar a discrepância no que se refere à concentração de terras nas mãos de poucos. Assim como nos módulos fiscais, os estabelecimentos agropecuários (tabela 4) também trazem a ordem inversamente proporcional, quanto maior o número de estabelecimentos menor será sua área e quanto maior a extensão de terra, menor o número de estabelecimentos.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos agropecuários em condição de proprietário – Maranhão

Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) na condição de proprietário – Maranhão		
	1995	2006
Proprietário	108.802 Estabelecimentos	133.895 Estabelecimentos
Arrendatário/Parceiro	96.177 Estabelecimentos	42.585 Estabelecimentos
Ocupante	152.348 Estabelecimentos	44.314 Estabelecimentos

Fonte: IBGE, SIDRA, 2020.

A característica do produtor se refere à pessoa física ou jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações relativas às explorações do estabelecimento agropecuário, com a responsabilidade econômica e/ou técnica sobre a exploração, sendo ou não o proprietário da terra (IBGE, 2006, p.42).

O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem injustamente a possui ou detenha (NEVES, 2015, p. 10). O proprietário tem o documento de registrado da sua propriedade. Os dados acima mostram uma maior quantidade de estabelecimentos agropecuários na condição de proprietário em 2006, com relação ao censo de 1995, isso significa uma maior regularização fundiária na categoria de proprietário.

No arrendamento, em que o titular exerce o seu direito em nome do proprietário ou pode ser de direito próprio de ser exercido em nome do titular não proprietário. Este direito que se exerce em nome próprio sobre coisa alheia, e que resulta na faculdade de usá-la e de gozá-la, recebe o nome de usufruto (NEVES, Gustavo Kloh Muller, 2015, p. 166). No censo de 1995 teve uma queda significativa em relação ao Censo de 2006, fator que está ligada com a quantidade de novos proprietários. Na (tabela 5) veremos a análise dos estabelecimentos agropecuários por tipologia e condição legal da terra.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia – Maranhão 2017

Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia, condição legal do produtor e sexo do produtor – Maranhão 2017				
Condição do produtor em relação a terras	Sexo do produtor	TIPOLOGIA		
		TOTAL	Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
<b>TOTAL</b>	Total	219.765	32.647	187.118
	Homens	174.696	27.816	146.880
	Mulheres	44.854	4.616	40.238
<b>Proprietário (a)</b>	Total	139.114	22.767	116.347
	Homens	113.572	19.687	93.885
	Mulheres	25.354	2.892	22.462
<b>Arrendatário (a)</b>	Total	10.515	1.232	9.283
	Homens	8.753	1.077	7.676
	Mulheres	1.752	145	1.607
<b>Parceiro (a)</b>	Total	5.488	500	4.988
	Homens	4.282	427	3.855
	Mulheres	1.205	72	1.133
<b>Ocupante</b>	Total	14.843	1.640	13.203
	Homens	11.772	1.336	10.436
	Mulheres	3.067	300	2.767

Fonte: IBGE, SIDRA, 2020.

No Censo Agropecuário de 2017 novas metodologias de contagem de estabelecimentos agropecuários foram aplicadas, segundo o IBGE, (2017):

As áreas não contínuas exploradas por um mesmo produtor foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas no mesmo município, utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho etc.) e os mesmos recursos humanos (mesmo pessoal), e, também, estivessem subordinadas a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. No Censo Agropecuário 2006, bastava que as áreas não contínuas do estabelecimento estivessem situadas em setores diferentes para que fossem admitidas como estabelecimentos distintos, consideradas algumas particularidades quanto à existência e localização de sua sede. (IBGE, 2017, p.10).

A partir dessas novas aplicações, alguns dados como o número de estabelecimentos teve uma modificação, ou seja, se antes a área não contínua entrava como um estabelecimento, agora por sua vez passa a se contar apenas um estabelecimento, desde que seja explorada por um mesmo produtor. Para o novo censo,

tal metodologia pode implicar na quantidade de estabelecimentos, não quer dizer que estes diminuíram, foram apenas sintetizados como uma única área. Relacionado à agricultura patronal versus agricultura familiar, no Maranhão a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários estão voltados para agricultura familiar. Os estabelecimentos com mais hectares pertencem à agricultura patronal.

Quando se trata do sexo do proprietário, arrendatário ou ocupante os homens ainda tem grande superioridade com relação às mulheres. A atividade no campo, em sua grande parte tem a figura masculina como mentor das propriedades e a esposa e filhos como ajudantes, embora estes desenvolvam a mesma atividade. Na Microrregião de Chapadina (tabela 6) veremos como se desenvolve esse processo de mulheres e homens à frente dos estabelecimentos.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia – Microrregião de Chapadina 2017.

Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia, condição legal do produtor e sexo do produtor – Microrregião de Chapadina 2017				
Condição do produtor em relação a terras	Sexo do produtor	TIPOLOGIA		
		TOTAL	Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
<b>TOTAL</b>	Total	18.236	1.384	16.852
	Homens	14.728	1.193	13.535
	Mulheres	3.498	181	3.317
<b>Proprietário (a)</b>	Total	11.828	844	10.984
	Homens	9.612	727	8.885
	Mulheres	2.207	108	2.099
<b>Arrendatário (a)</b>	Total	828	92	736
	Homens	691	81	610
	Mulheres	137	11	126
<b>Parceiro (a)</b>	Total	474	87	387
	Homens	398	81	317
	Mulheres	76	6	70
<b>Ocupante</b>	Total	1.733	89	1.644
	Homens	1.292	67	1.225
	Mulheres	441	22	419

Fonte: IBGE, SIDRA, 2020.

Assim como visto anteriormente, a condição do produtor em relação a terras seja como proprietário, parceiro, ocupante e etc., detém na Microrregião de Chapadinha a mesma base notada no território maranhense com relação ao sexo desse produtor que tem em sua maioria homens a frente dos estabelecimentos.

Na microrregião de Chapadinha apesar da maior parte dos estabelecimentos serem voltados para a agricultura familiar, a agricultura patronal adentrou com muita força nessa região. Nos próximos tópicos veremos como o agronegócio vem causando forte impacto sobre a agricultura familiar na Microrregião de Chapadinha. A soja que é a principal commodity de exportação no município de Brejo, adentra vastas áreas, o que consequentemente suprime o pequeno agricultor.

## **5 ANTECESSORES DA EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA**

Por volta dos anos de 1980, os grupos empresariais João Santos, MARGUSA e Comercial e Agrícola Paineiras do Grupo Suzano Papel e Celulose ocuparam diversos territórios, dentre os quais a atual microrregião de Chapadinha. Tal ocupação dessa área passou a ser caracterizada como região de influência de projetos associados ao Programa Grande Carajás que se expandiu pelo estado naquela ocasião (PAULA ANDRADA 1995 *Apud* Almeida 2017).

A MARGUSA foi fundada em 1985 por empresários maranhenses e passou a integrar o Programa Grande Carajás a partir de 1986. Em 1991 foi vendida para o grupo japonês Yanmar do Brasil S/A, permanecendo em operação até 1995, CONVERTENDO madeira nativa em carvão. De 1996 a 1997 a empresa ficou inativa até ser adquirida pela Calsete Siderurgia Ltda., de Minas Gerais. No ano de 2003 passou a ser propriedade do Grupo Gerdau, cuja fábrica de maior capacidade produzida se localiza em Contagem, estado de Minas Gerais (PAULA ANDRADE, 1995a; 2012 *Apud* Almeida 2017).

Outras situações vivenciadas pelos pequenos agricultores após o estabelecimento desses grupos empresariais na região foram o agravamento da concentração fundiária através de atos de grilagem de terras, como demonstrado por estudos desenvolvidos por Shiraishi Neto (1995); a devastação das áreas de chapadas para transformação em carvão e plantios de eucaliptos, e a desestruturação da economia



familiar, atingindo o equilíbrio das relações mantidas entre estes e os recursos naturais (PAULA ANDRADE, 1995b *Apud* Almeida, 2017).

Concomitante a isto, no estado do Maranhão a soja se desenvolveu e se encaixou dentro da produção do estado a partir dos anos de 1990. Antes da chegada dessa cultura, a produção maranhense se dava a base de arroz e mandioca.

Carneiro (2008) *apud* Botelho afirma que durante a segunda metade da década de 1990 os principais municípios em termos de produção no Estado eram: Tasso Fragoso, Riachão e Balsas. Já nos primórdios do século XXI outros municípios se destacam na produção da sojicultura, sendo eles: Alto Parnaíba, São Raimundo das Mangabeiras, Sambaíba, Fortaleza dos Nogueiras e Chapadinha.

As terras destinadas para a produção de soja no Maranhão foram obtidas por agentes da região sul do Brasil. Gaspar (2010) *apud* Botelho afirma que os agricultores se deslocaram de suas regiões para se firmarem ou se estabelecerem na região leste maranhense dentro da microrregião de Chapadinha, conhecidos popularmente como gaúchos. Eram chamados de “gaúchos” os oriundos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A migração dos sulistas se acentuou a partir da década de 1980, com a descoberta do cerrado da região Centro-Oeste e Nordeste por conta das condições tanto técnicas como econômicas que favoreceram a exploração destas regiões, principalmente pela produção de soja. Tal exploração visava apenas o lucro, sem a preocupação com as questões ambientais e sociais.

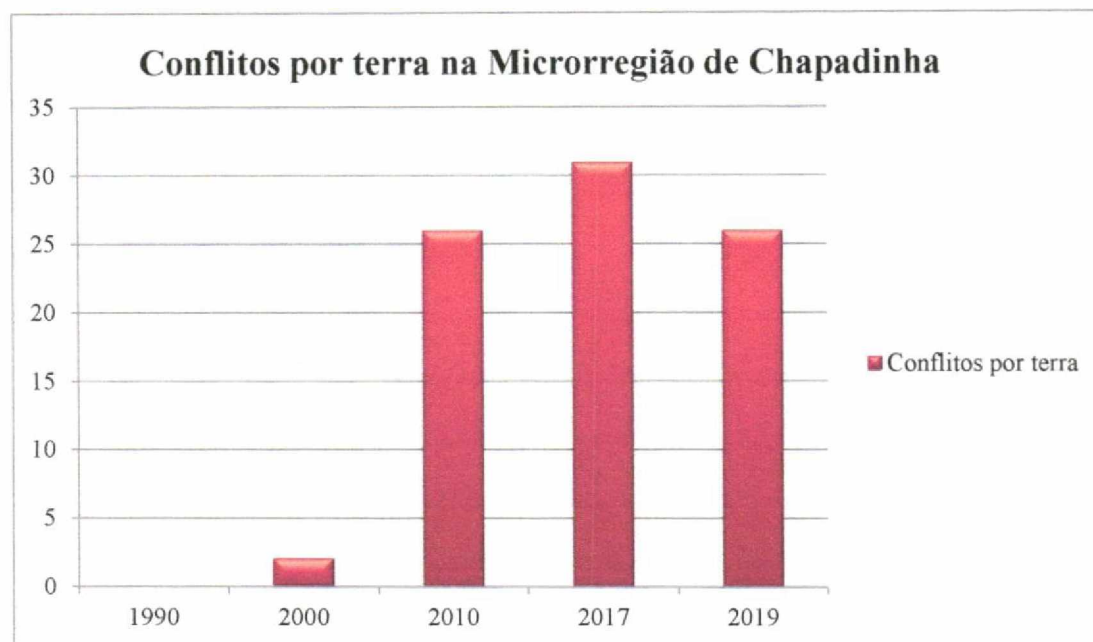
Desse modo, desenvolveu-se uma agricultura comercial, altamente capitalista e mecanizada. Esta na sua maioria desenvolvida por sulistas, motivada por políticas públicas de incentivo para aquisição de terras, juros baixos, cultivos apropriados e também pelas condições fundiárias na Região Sul, a qual havia fechado as suas fronteiras agrícolas na década de 50 (DICKEL *et al.*, 2005).

Ao adentrar no campo e ocupando cada vez maiores extensões de terras, a agricultura mecanizada desfavorece o trabalho manual como feito por pequenos agricultores. E esse domínio monopolista se deve muito as leis de terras tanto a nível nacional quanto regional.

Atualmente, a dinâmica socioespacial tem se caracterizado como uma forma que o capital tem de se mostrar dentro do campo brasileiro na qual a fronteira agrícola brasileira que se expande e se enraíza como um espaço de produção social e econômica.

Nas áreas a qual o agronegócio se territorializou são carregadas de inúmeros conflitos (figura 4) e tensões de ordem social, econômica e política, uma vez que, este modelo de cultura modela novas paisagens tanto na área rural quanto na urbana o que estabelece diferentes relações de trabalho (ALMEIDA *et al*, 2019).

Figura 4 - Conflitos por terra na Microrregião de Chapadinha



Fonte: CPT, 2019.

A partir dos dados acima podemos notar a intensidade de conflitos que vem se agravando ao decorrer das décadas. Esses conflitos se estabelecem em áreas próximas às lavouras, principalmente por conta dos impactos ambientais sobre os territórios de pequenas produções. A não regularização da terra inclui fatores outros como a relação de poder, relações econômicas e sociais.

Existe todo um arcabouço histórico que favorecem a venda de terras para grandes produtores e latifundiários com a errônea ideia de “desenvolvimento” para a área na qual são estabelecidos. E os conflitos são resultados de intensas lutas por melhores condições de produzir na terra. Mas, a cada década que se passa as intensificações conflituosas aceleram pequenos produtores frente a uma organização do agronegócio.

De acordo com Gaspar (2013) *apud* ALMEIDA *et al* (2019) na microrregião de Chapadinha os estabelecimentos agropecuários designados para

produção de soja apresentam proporções que variam de 500 a 3.000 hectares. Dessa forma, os estabelecimentos inferiores a mil hectares são pequenas propriedades utilizadas pelos pequenos produtores, e os extratos superiores a mil hectares, estão associados a grandes empresas que estão instaladas na região, como a Parceria Agropecuária Strobel do Rio Grande do Sul, sediada na Fazenda Europa, no município de Mata Roma (ALMEIDA, *et al*, 2019).

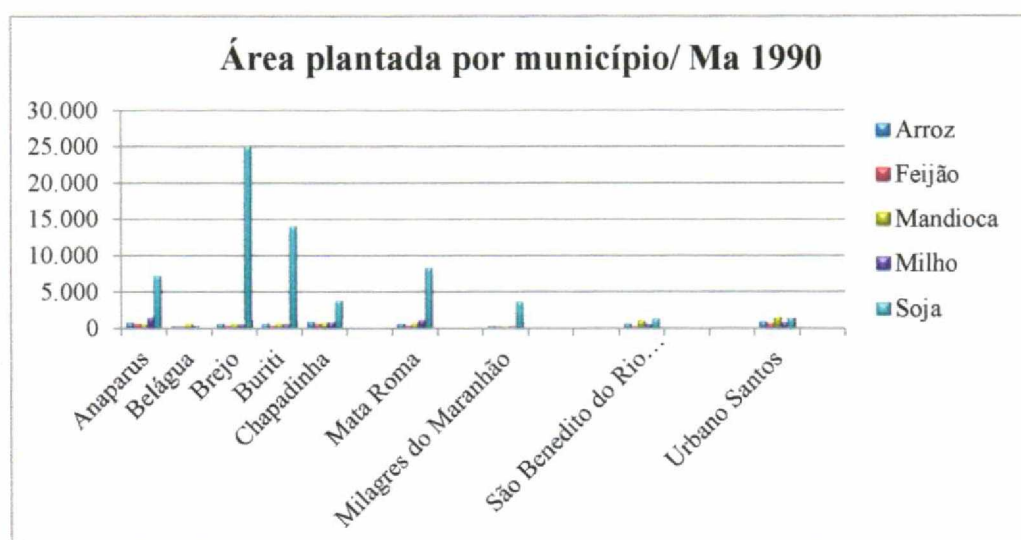
As empresas Algar, Cargill, Bunge e CHS desenvolvem na microrregião a atividade de compra de grãos juntamente aos produtores locais. A Cargill e Bunge, segundo informações de seus representantes, estendem seu ramo de atuação para a parte de financiamento da produção (ALMEIDA, *et al*, 2019).

Após a compra de grãos pelas multinacionais que estão presentes na microrregião de Chapadinha, a soja colhida é destinada exclusivamente à exportação, principalmente para a Ásia, destacando-se a China que obtém 70% dos grãos exportados. Essa exportação incentiva à corrida por mais produtividade, que, conseqüentemente, requer uma maior área de plantio e novas tecnologias (ALMEIDA, *et al*, 2019).

### **5.1 Caracterização da Estrutura Agrária de Brejo na Microrregião de Chapadinha**

A soja só começou a ganhar força no meio da produção agrícola do estado do Maranhão a partir dos anos de 1990. Na Microrregião de Chapadinha nesse mesmo ano não apresentou produção na lavoura de soja, somente na década seguinte, mas tal produção só começou a vingiar expressivamente na Microrregião em 2010. Mesmo com essa crescente, seu rendimento foi inferior aos produtos tradicionais do estado, o arroz, o milho e a mandioca, a (figura 5) demonstra o comportamento desses produtos a partir de 1990 até o ano de 2018.

Figura 5 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha - MA



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019.

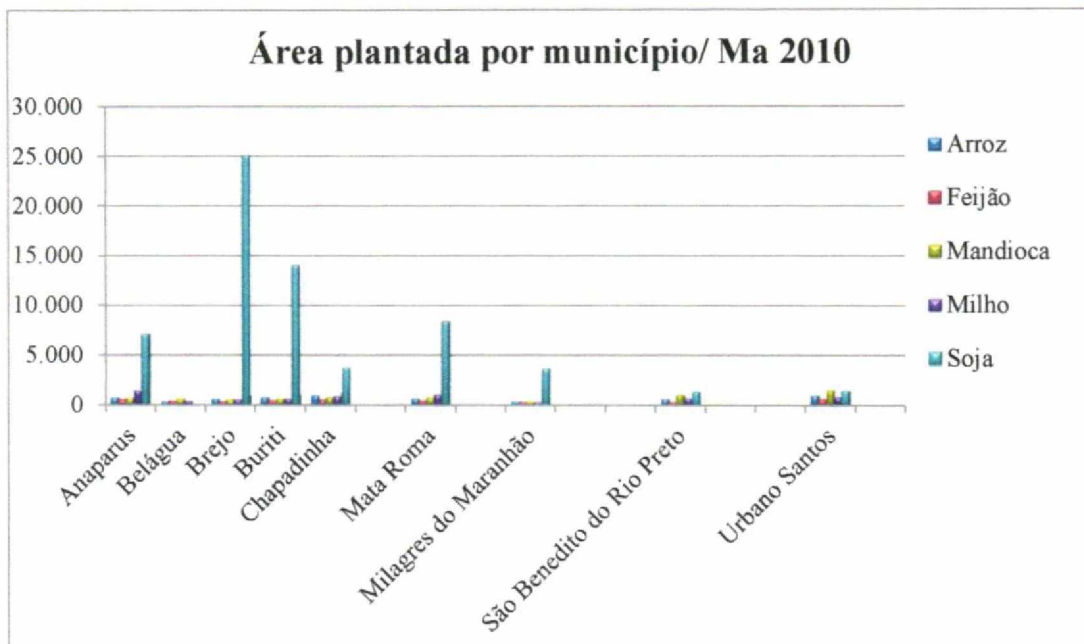
Podemos notar que o produto da lavoura maranhense que predominava nos anos de 1990 era o Arroz, pois, o Maranhão era um dos estados pioneiros nessa produção de em nível de Brasil, tendo suas maiores produções na década de 70 e no final dos anos de 1980<sup>3</sup>. Conforme os anos se passaram essa produção no estado foi diminuindo, os dados acima destacam ao arroz a maior área plantada principalmente no município de Brejo, Buriti e Mata Roma. Nesse mesmo período vemos a mandioca que é uma lavoura itinerante que faz parte da produção do estado principalmente, através da roça-no-toco.

Por se tratar de uma produção mais local sem fins de exportação, a mandioca nunca esteve sob o olhar dos grandes produtores, observamos que esta foi tendo a cada década uma menor área para seu cultivo, isso demonstra inclusive, os valores altos da farinha em certas datas do ano, exatamente pela pouca produção. No ano de 1990 não teve em nenhum município da Microrregião de Chapadinha produção de soja, como vimos ao decorrer do trabalho essa monocultura começou a ganhar força a partir da década de 90.

<sup>3</sup> Vale ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só disponibiliza a área plantada a partir dos anos de 1988.

Na Microrregião de Chapadinha a soja entra em destaque a partir de 2010 (figura 6) principalmente em Brejo, Buriti e Anapurus com 12.700 hectares, 11.900 hectares e 8.120 hectares, respectivamente. O município de Brejo se destaca na microrregião de Chapadinha como o maior produtor de Arroz em 1990. Nesse mesmo período, o município tem destaque em todas as lavouras temporárias.

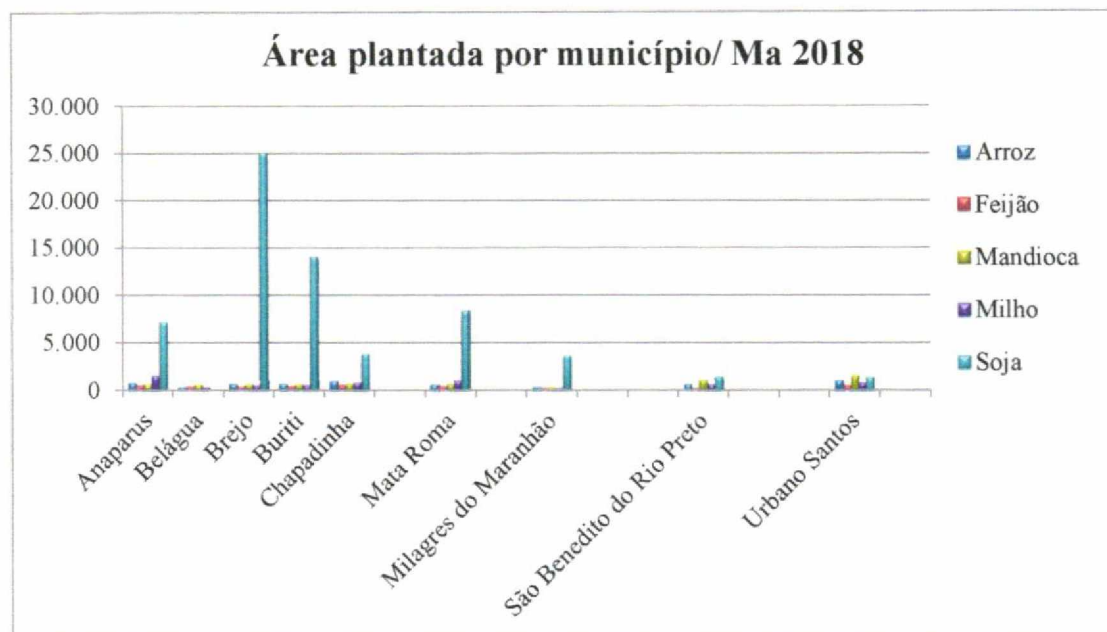
Figura 6 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha – MA - 2010



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019.

Dentre os municípios da Microrregião apresenta também produção de Milho superior a da Mandioca e do Feijão, no entanto, a microrregião de Chapadinha não é um das grandes produtores desse grão no estado, o que colabora para o decréscimo da área destinada à plantação. Enquanto todos esses produtos tem sua produção decrescida, a soja vem ganhando cada vez mais espaço dentro das lavouras (Figura 7). Esse crescimento está relacionado a diversas variáveis ligadas principalmente a questão da agricultura mecanizada em domínio de grandes latifundiários que se territorializou no Maranhão influenciado pela estratégia de escoamento. A soja que têm uma maior predominância na região sul maranhense, se expandido para o leste do Maranhão na qual se inserem os municípios de Chapadinha e Brejo.

Figura 7 - Área plantada em Hectares na Microrregião de Chapadinha – MA – 2018

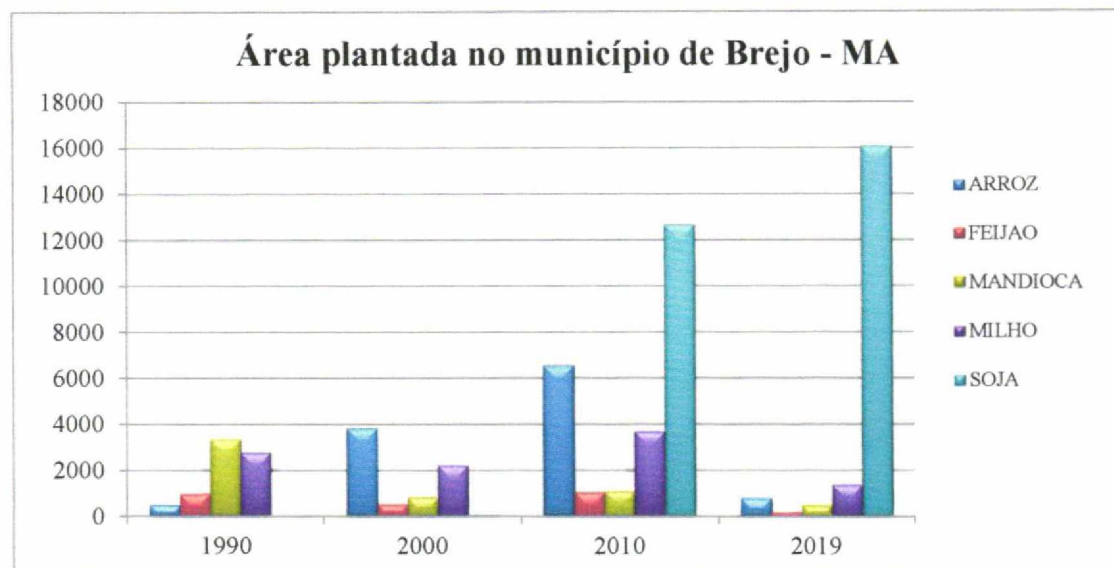


Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2019.

Em 2018, o município de Brejo deteve a maior produção de soja na Microrregião de Chapadinha. Esses dados implicam dizer que a maior parte da área destinada ao plantio da lavoura temporária pertence ao Agronegócio.

Especificamente no município de Brejo (figura 8) a apropriação dos sojicultores no município se deve muito a facilidade de venda de terras que o estado apresenta, com leis que estimulam e viabilizam a propriedade da terra a serviço do agronegócio.

Figura 8 - Produção Agrícola municipal de Brejo



Fonte: Produção Agrícola Municipal, 2020.

Os produtos da lavoura temporária de Brejo tiveram suas produções bem similares nos anos de 1990, exceto a soja que não havia se territorializado no município. A mandioca que é o principal produto cultivado pelos pequenos produtores foi a que mais se destacou em 1990 seguida da produção de milho e feijão. Nos anos 2000 a produção de mandioca já não se tornara o principal produto plantado, os investimentos em monocultura de soja e milho começaram a ficar evidentes.

Em 2010 a soja alavanca significativamente sua área plantada, por se tratar de um produto de exportação as leis de incentivos viabilizam ou favorecem essa lavoura, o que coloca em desvantagem a produção de feijão e mandioca, sendo estes últimos produtos cultivados pelo pequeno produtor. Em 2017, a plantação de soja sucumbiu as demais lavouras que eram plantadas no município.

Por fim, analisando a dinâmica da produção agrícola na Microrregião de Chapadinha e do município de Brejo fica evidente a diminuição das áreas destinadas ao plantio de alimentos produzidos pelos pequenos agricultores, em detrimento do aumento dos cultivos destinados em sua maior parte para exportação e fins industriais. O período entre 1990 e 2006 a área destinada à produção arroz, mandioca e feijão reduziu-se consideravelmente (ALENTEJANO, 2011).

## 5.2 Caracterização social do município de Brejo

Distrito com a denominação de Brejo foi criado pelo decreto de 18-04-1820, subordinado ao município de Caxias. Elevado à categoria de vila com a denominação de Brejo, pelo alvará de 29-01-1820, desmembrado de Caxias. Sede na vila de Brejo. Elevado à condição de cidade com a denominação de Brejo, pela lei provincial nº 899, de 11-07-1870 (IBGE, 2010).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 8 distritos: Brejo, Porto da Repartição, Milagres Santa Quitéria, Angical, Ponte Nova, São Francisco e Lagoa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 4 distritos: Brejo, São Bernardo, Santa Quitéria e Curador. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 2 distritos: Brejo e Magalhães de Almeida. Não figurando os distritos da divisão de 1933. No quadro fixado, para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído do distrito sede (IBGE, 2010).

Não figurando o distrito de Magalhães de Almeida. Pela lei estadual nº 269, de 31-12-1948, é criado o distrito de Estrela dos Anapurus e anexado ao município de Brejo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Brejo e Estrela dos Anapurus. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1960. Pela lei estadual nº 2378, de 09-06-1964, desmembra do município de Brejo o distrito de Estrela Anapurus. Elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus. Em divisão territorial datada de I-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2010). Seu território compreende uma área de 1.074,631 km<sup>2</sup> e está localizado na região Leste maranhense fazendo parte da microrregião de Chapadinha (IBGE, 2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Brejo é 0,562, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,758, seguida de Renda, com índice de 0,517, e de Educação, com índice de 0,454 (Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010). Podemos pontuar que o IDHM reflete diretamente na vida dos habitantes do município, os



indicadores baixos revelam dados históricos que retratam o baixo desenvolvimento municipal.

Outro dado alarmante no município se refere à educação. As proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indicam a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõem o IDHM Educação. Em Brejo, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,12%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 71,85%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 41,93%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 21,36%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 67,36 pontos percentuais, 57,76 pontos percentuais, 36,59 pontos percentuais e 16,16 pontos percentuais (PNUD, IPEA e FJP, 2010).

Os dados do IDHM Educação mostram através dos indicadores percentuais o grau de escolaridade da população brejense. Essa escolaridade é determinante para o entendimento do tipo de ocupação desses cidadãos. Na medida em que a escolaridade tem um indicador baixo, como de jovens que concluíram o ensino médio, por exemplo, realçam que esse público não teve uma formação educacional completa.

A renda per capita (razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010) média de Brejo cresceu 99,75% nas últimas décadas, a (tabela 7) mostra a série histórica de 1991 a 2010 conforme o Atlas de Desenvolvimento humano.

Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade no Município de Brejo – MA

<b>Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Brejo – MA</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Renda per capita</b>	100,25	100,14	200,25
<b>% de extremamente pobres</b>	59,78	63,04	40,08
<b>% de pobres</b>	83,95	78,00	59,40
<b>Índice de Gini</b>	0,54	0,71	0,64

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

Conforme a tabela acima, a renda per capita de Brejo passou de R\$ 100,25, em 1991, para R\$ 100,14, em 2000, e para R\$ 200,25, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,71%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 83,95%, em 1991, para 78,00%, em 2000, e para 59,40%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>4</sup>, que passou de 0,54, em 1991, para 0,71, em 2000, e para 0,64, em 2010 (PNUD, IPEA e FJP, 2010).

Esses indicadores de renda mostram que mais de 59% da população de Brejo vivem a margem da pobreza, ou seja, um município que tem 36.139 habitantes (IBGE, 2018) (tabela 8) detém cerca de 18.000 pessoas com renda domiciliar inferior ou igual a R\$ 140,00. Indicativos alarmantes que revelam que o discurso capitalista de “desenvolvimento” não se aplica no território em que grandes latifundiários se instalaram e desenvolveram grandes desertos verdes de produção de soja.

---

<sup>4</sup> É um instrumento utilizado para medir o grau de desigualdade e concentração de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 indica uma situação de total igualdade, e o valor 1 significa uma completa desigualdade de renda.

Tabela 8 - População total, por Gênero, Rural e Urbana de Brejo – MA

<b>População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Brejo – MA</b>						
	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
<b>População total</b>	24.094	100,00	27.513	100,00	33.359	100,00
<b>População residente masculina</b>	12.232	50,77	13.976	50,80	16.883	50,61
<b>População residente feminina</b>	11.862	49,23	13.537	49,20	16.476	49,39
<b>População urbana</b>	8.452	35,08	10.656	38,73	12.340	36,99
<b>População rural</b>	15.642	64,92	16.857	61,27	21.019	63,01

Fonte: PNUD, IPEA e FJP, 2010.

Entre 2000 e 2010, a população de Brejo cresceu a uma taxa média anual de 1,95%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 38,73% para 36,99%. Em 2010 viviam, no município, 33.359 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,49%. Na década seguinte, a taxa de urbanização do município passou de 35,08% para 38,73% (PNUD, IPEA e FJP, 2010).

Esses dados sociais reforçam as fragilidades existentes dentro do município de Brejo, dados que se tornam muito importantes nas análises territoriais, nas relações de poder que dominam o território brejense. Com essas análises sociais ficam evidentes parte da realidade do município, adornado por um Agronegócio que não desenvolve a área onde se instala.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar a estrutura agrária e as atividades produzidas pelo agronegócio no município de Brejo. Com isso, pode se concluir que a questão do avanço da soja em está diretamente ligado a aquisição de Terras rentáveis estabelecidas tanto na Lei de Terras de 1850, quanto na Lei Sarney de Terras. O Estado também promove através de leis segregadas a concentração fundiária e acúmulo de capital na mão de grandes latifundiários que procuram as áreas mais produtivas das regiões para se estabelecerem, ignorando qualquer preocupação com o pequeno produtor.

Através dos estabelecimentos agropecuários notamos algumas variáveis que apresenta o campo maranhense com muita desigualdade não só no que se refere a concentração fundiária, mas também no papel da mulher dentro desses estabelecimentos que ainda é inferior ao dos homens.

A mundialização do capital mecanizou algumas monoculturas no campo, como a soja. Esta, como produto agroexportador ocupa a maior parte da plantação no município de Brejo. Tal monocultura ocupa territórios antes ocupados por lavoura de feijão e mandioca.

A mandioca que é um produto que faz parte das lavouras temporárias tem sua produção cada vez menor, pois, esta não se utiliza de maquinários mecanizados, faz parte da produção local de pequenos produtores, como consequência da exportação de commodities o pequeno produtor passa a ter sua área de plantio decrescida.

O Estado do Maranhão tem uma concentração de Terras acentuada, reflexo também das Leis de Terras, que concentram a maior parte da Terra nas mãos de poucos latifundiários. Enquanto a pequena propriedade divide a menor quantidade de terra com um número maior de proprietários, uma disparidade que resulta numa centralização de terras em regiões mais rentáveis do Estado do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária no Brasil do Século XXI: uma abordagem a partir da Geografia**. In: Terra Livre, São Paulo/SP. Ano 27, V.1, n.36, p. 69-95. Jan-Jun, 2011.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA**. São Luís, 2017. 148 f.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ARAÚJO, Francisco Elias de. **DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA, NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO ESTADO DO MARANHÃO: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. **Chapadinha – MA**. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/chapadinha\\_ma](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/chapadinha_ma). Acesso em: 20/12/2018.

BOTELHO, Adielson Correia. DINIZ Juarez Soares. **A PRODUÇÃO DA SOJA EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA MARANHÃO**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

CARTER, Miguel. **Desafiando a desigualdade: contestação, contexto e consequências**. In CARTER, Miguel. (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia, Goiás: CPT Nacional, 2001-2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/contato>. Acesso em: 03/12/2018.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Relatório diagnóstico do município de Chapadinha**. CDD 551.49098121. Teresina/Piauí Dezembro/2011.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. Jaccoud, L.(ed.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. 1a.ed. Brasília: IPEA, 2005.p. 51-90.

DICKEL, Mara Eliana Graeff. *Et al.*, **TRANSFORMAÇÕES SÓCIECONÔMICAS DOS GAÚCHOS NO CENTRO-OESTE E NORDESTE: TERRITORIALIZAÇÃO**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 2005.

DONÁRIO, Arlindo Alegre. SANTO, Ricardo Borges dos. **A TEORIA DE KARL MARX**. Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária**. Conflitos no Campo Brasil, v. 2010, p.76 - 83, 2011.

FILHO, José Luiz Alcantara. FONTES, Rosa Maria Olivera. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 4 Nº 7, Minas Gerais, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2020.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: [http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica\\_Agraria/7censo.pdf](http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7censo.pdf)  
Data de Acesso: 19/09/2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro\\_2017\\_resultados\\_preliminares.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf) Data de Acesso: 19/09/2020

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/brejo/panorama>. Acesso em: 17/01/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 18/01/2019.

INCRA, Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária. **Estatísticas de Imóveis Rurais-Maranhão**. Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Pública, 2016.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010. 00

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. revista e ampliada. – São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

NEVES, Gustavo Kloh Muller. Fundação Getúlio Vargas. **Direito de Propriedade**. Disponível em:  
[https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/direito\\_de\\_propriedade\\_2015-1.pdf](https://diretorio.fgv.br/sites/diretorio.fgv.br/files/u100/direito_de_propriedade_2015-1.pdf). Data de Acesso: 15/09/2020.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

OLIVERA, A.U. **A mundialização do Capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. Geosp – Espaço e Tempo (online), v.19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:SUDENE**, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132 p.

PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. São Luís: UFMA/Mestrado em Políticas Públicas, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico /– 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.**

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: (Ática, 1993).

RECLUS, Élisée. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1985, Brasil.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **MATOPIBA: UMA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA OU UM REORDENAMENTO GEOGRÁFICO DO AGRONEGÓCIO E DOS ESPAÇOS PRODUTIVOS DE “CERRADOS”?** Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, 2018.

SANTOS, Frednan Bezerra dos. NETO Crisóstomo de Andrade Arrais. Ferreira Leticia Araujo. **A EXPANSÃO DA SOJA NO MARANHÃO E ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS SOCIO-AMBIENTAIS: questões preliminares (1990-2005)**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2009.

SANTOS, Milton. **Globalização, cidadania e meio técnico-científico-informacional**. In: SOUZA, A.J. et al. (Org.) **Milton Santos: cidadania e globalização**. Bauru, SP: AGB/Saraiva, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. – 30ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020.

SEGUINS, Leiliane de J. M. **ENCONTROS, DESENCONTROS E DESCONTINUIDADES INSTITUCIONAIS: Uma análise da Política de Desenvolvimento Territorial no Vale do Itapecuru**. São Luís, MA, 2018.

SILVA, Francisco A. D. da. Et al. **História e Materialismo Histórico em Karl Marx e Friedrich Engels**. VIII Colóquio Internacional Marx Engels. São Paulo, 2015.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial.** – 2016. 3ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária.** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 641- 646.

ZONTA, João Batista. SILVA, Fabrício Brito. **Dinâmica da orizicultura no Maranhão.** Política agrícola. Ano XXIII – Nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/85010319-Dinamica-da-orizicultura-no-maranhao-1.html>. Acesso em: 18/01/2019.